

Dilemas Econômicos

As autoridades econômicas deram mostras de que não vão assistir imobilizadas à ameaça de deterioração do quadro econômico. Diante do atraso da taxa cambial, que já refletia a redução das exportações e o crescimento acentuado das importações, foi decretada a primeira mididesvalorização do cruzado novo frente ao dólar, visando a reestimular o crescimento dos saldos comerciais.

Desde o congelamento de preços determinado pelo Plano Verão em janeiro, os exportadores de manufaturados e produtos agrícolas queixavam-se de que a taxa cambial não acompanhava o aumento dos custos de produção. Em outras palavras, estava começando a ficar menos lucrativa a venda de produtos para o mercado externo. As vendas deveriam crescer então no mercado interno, mas isso não ocorreu porque os exportadores estocaram a produção confiando na correção do atraso.

Levando em conta as dificuldades para aprovação do acordo com o Fundo Monetário Internacional sobre as metas econômicas deste ano — o que pode sustar a liberação em setembro de US\$ 4 bilhões em créditos do FMI do Banco Mundial e dos bancos comerciais —, a tentativa de ajuste cambial se destina a prevenir maiores problemas no balanço de pagamentos às vésperas da eleição. O ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, já alertou para a hipótese de o Brasil atrasar o pagamento de US\$ 2,3 bilhões em juros aos bancos comerciais em setembro, para não lançar mão das reservas caso os créditos oficiais não sejam liberados.

O adiantamento no câmbio foi um importante sinal para o FMI e os bancos credores de que o Brasil está disposto a ajustar sua economia. Ain-

da há um atraso considerável no câmbio. Considerando uma inflação de 25% para junho, os preços teriam acumulado alta de 176% no ano, pelo índice de preços ao consumidor (IPC), ou de 146%, trocando — em janeiro e fevereiro, quando foram aplicados vetores nos preços — o IPC pelo índice nacional de preços ao consumidor (INPC). A correção cambial acumulada até amanhã, quando entra em vigor a nova taxa reajustada em 12%, soma menos de 123%. No cálculo mais conservador, persistiria um atraso de cerca de 10%.

As mudanças agora promovidas, que incluem a recriação da cláusula de correção cambial para os títulos do Tesouro (no caso, o Bônus do Tesouro Nacional) para evitar a fuga de capitais, indicam as margens estreitas da política econômica. O câmbio foi corrigido mais aceleradamente para evitar a deterioração do balanço de pagamentos. Mas, como um cobertor curto, ficará mais vulnerável outro ponto sensível: o déficit público pelo lado das estatais.

As empresas estatais vêm se queixando, com razão, do forte atraso no reajuste dos preços de seus produtos e tarifas, os últimos a serem descongelados pela área econômica na tentativa de segurar a inflação durante o finado Plano Verão. Agora, com o aumento no custo de suas dívidas externas (o setor público responde hoje por 85% da dívida externa de US\$ 115 bilhões), haverá maior deterioração de suas contas e o crescimento de seus déficits. Como no acordo com o FMI o Brasil se comprometeu a corrigir os preços em atraso nas estatais, espera-se que os preços públicos atuem como fator de pressão sobre a inflação.